



Plenário deve votar amanhã texto sobre abuso de autoridade

Além do projeto de Renan Calheiros, que atualiza lei do regime militar, estão na pauta o fim da reeleição no Executivo e a legalização dos cassinos

A alteração na Lei do Abuso de Autoridade ainda não tem consenso. Um dos temas polêmicos é a possibilidade de considerar crime divergências na interpretação da lei e na avaliação de fatos e provas. O relator, senador Roberto Requião, adiantou que mudará a redação nesse ponto para evitar que juízes e integrantes do Ministério Público sejam penalizados. Um grupo de senadores apresentou texto alternativo que inclui emendas sugeridas pelo juiz Sérgio Moro. O Plenário também poderá votar propostas sobre reforma política, exploração de jogos de azar e terceirização. **3**



Renan Calheiros preside sessão plenária do Senado, que, nesta semana, deve voltar a ser palco de debates sobre excessos cometidos por membros do poder público

Renque de S/A/Agência Senado — 30/11/2016

Sugestões legislativas de jovens senadores podem virar projetos

Na sexta-feira, último dia de atividades do Projeto Jovem Senador, os 27 alunos participantes aprovaram em Plenário três sugestões legislativas elaboradas por eles. As

sugestões poderão passar a tramitar como projetos de lei.

Os estudantes discursaram na tribuna e conheceram o tema do concurso de redação de 2017: a intolerância. **2**



Estudantes conversam no Plenário do Senado, antes da votação das sugestões

Renque de S/A/Agência Senado

ARQUIVO **S**

Orçamento do Brasil Império previa salário para D. Pedro II

Foi a Constituição do Império de 1824 que obrigou o governo a criar e submeter à Câmara e ao Senado planilha com receitas e gastos, como a taxa dos escravos

e o salário do imperador. Documentos do Arquivo do Senado revelam que havia queixas sobre o excesso de impostos e o mau uso do dinheiro público. **4 e 5**



"Ser-vos-ha presente a proposta do orçamento para o exercício de 1877-1878"



Acessibilidade é um dos temas que serão discutidos durante a semana

Ana Volpe/Agência Senado

Começa Semana da Pessoa com Deficiência

O Senado Inclusivo abre hoje a 10ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Serão discutidos temas como o atendimento ao deficiente e o acesso a bens culturais. A primeira palestra será sobre o Projeto Deficiente Visual na Trilha, que ensina pessoas cegas a andar de bicicleta. **6**



Impressoras digitais trazem economia e ganhos ambientais

A Gráfica do Senado inaugurou na semana passada a última das cinco impressoras digitais que trarão para a Casa ganhos financeiros, ambientais, de processo,

de logística e de tempo. As novas máquinas são utilizadas para imprimir praticamente todas as publicações, como a ordem do dia e os diários do Senado. **2**

Supersalários serão tema de mais um debate **3**

Senado entrega Comenda Dom Helder Câmara **6**

Incentivo à banda larga pode ser votado amanhã **8**

Jovens senadores aprovam três sugestões legislativas

Em discursos na tribuna do Plenário, os estudantes ressaltaram a importância do Projeto Jovem Senador, que permite à juventude conhecer o processo legislativo e os incentiva a participar da política no país



OS 27 ESTUDANTES que participaram da edição 2016 do Projeto Jovem Senador aprovaram na sexta-feira, no Plenário do Senado, três sugestões legislativas elaboradas durante a semana de atividades do projeto. As três propostas poderão passar a tramitar como projetos de lei caso sejam acolhidas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à qual serão enviadas para análise dos senadores.

Uma das propostas aprovadas pelos jovens senadores criminaliza a discriminação ou preconceito de procedência regional ou identidade cultural, prevendo penas alternativas de ressocialização, de reclusão e multas, inclusive por atos praticados em meios de comunicação. A proposta também estabelece o Dia Nacional de Combate ao Preconceito de Procedência Regional ou Identidade Cultural, a ser comemorado em 16 de junho, dia de nascimento do escritor paraibano Ariano Suassuna.

Também foi aprovada proposta que permite a pessoas físicas e jurídicas destinar par-



Sugestões aprovadas em Plenário irão para a Comissão de Direitos Humanos

celas do Imposto de Renda a projetos esportivos de escolas públicas. Foi aprovada ainda proposta que torna obrigatória a inclusão, na embalagem de produtos cosméticos e alimentícios que contenham substâncias comprovadamente cancerígenas, a informação sobre o risco de desenvolvimento da doença. Os jovens parlamentares também votaram emendas e subemendas às três propostas.

A sessão deliberativa foi comandada pelo jovem senador presidente, Pedro Manoel de Souza Silva Neto (PB). Para ele, o Projeto Jovem Senador faz dos participantes transformadores de vida. Ele disse que viu apenas "jovens empoderados" entre seus colegas

e ressaltou que as mudanças que os jovens querem para o mundo podem começar nas escolas, nas ruas e nas cidades. O presidente também citou o pedagogo Paulo Freire, segundo o qual ninguém muda nem liberta ninguém, mas sim todos mudam e se transformam juntos, em comunhão.

Ao final da sessão, Pedro informou que o tema da redação do Projeto Jovem Senador de 2017 será "Brasil plural: para falar de intolerância".

— Negar a política é negar a nós mesmos — disse.

Todos os jovens senadores discursaram. Eles elogiaram o projeto e ressaltaram a importância de incentivar os jovens de diferentes partes do Brasil a participar da política.

Senado economiza com adoção de impressão digital



A Gráfica do Senado inaugurou na semana passada a última das cinco impressoras digitais que trarão para a Casa ganhos financeiros, ambientais, de processo, de logística e de tempo. Segundo a diretora-geral, Ilana Trombka, o modelo de impressão adotado com os novos equipamentos "cai perfeitamente com o que o presidente [da Casa, Renan Calheiros] fala de economia e eficiência".

— Tudo o que ele pensou, querendo fazer um Senado que gaste melhor os recursos públicos, que atenda melhor aos anseios da sociedade, esse projeto representa.

A decisão de adotar os novos equipamentos é também ética, ressaltou Ilana, ao se preocupar com os funcionários e com o meio ambiente: a tinta utilizada é à base de água. A consequência é um ambiente livre do cheiro de produto químico. A impressão digital tem ainda a vantagem de não passar pelo

processo de secagem. E há maior rapidez na produção do trabalho, além da possibilidade de imprimir poucos exemplares a um custo menor.

De acordo com o diretor da Gráfica, Florian Madruga, as novas máquinas, que começaram a chegar dois meses atrás, estão sendo utilizadas para imprimir praticamente todas as publicações, como a ordem do dia e os diários do Senado.

Como são equipamentos alugados, são de responsabilidade das empresas todos os custos industriais, como depreciação do equipamento, serviço de manutenção, compra e importação de peças, tintas e operadores que poderão trabalhar entre as 7h e a meia-noite e meia, diz Florian Madruga. Os contratos preveem que o Senado pague por página impressa.

Novas máquinas

Meta estratégica

- Realizar, no mínimo, 90% da impressão em preto e branco em tecnologia digital
- Permitir impressões de separata sob demanda



Equipamento para bobina

Ricoh IP 5000
Velocidade: 1.280 páginas A4 por minuto

Equipamento para folha solta (preto e branco)

Konica Bizhub 1250 (2 máquinas)
Velocidade: 125 páginas A4 por minuto



Equipamento de folha solta (colorida)

Bizhub C70
Velocidade: 70 páginas A4 por minuto

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Duas audiências

9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência interativa sobre o endividamento dos estados. Às 14h, discute a situação dos condomínios do DF.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Sites

14h O Conselho de Comunicação Social analisa projetos de lei sobre o bloqueio de sites e aplicativos.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

CDH Previdência

8h30 A Comissão de Direitos Humanos promove audiência interativa para debater propostas de reforma da Previdência.

MP 747/2016 Radiodifusão

9h30 Audiência pública interativa para debater a MP sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.

CMA Uso de água em órgãos federais

9h30 A Comissão de Meio Ambiente pode votar o PLC 84/2014, sobre a otimização do uso da água nos órgãos federais, e mais 14 itens.

CAE Lucros de pessoa jurídica

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, o PLS 588/2015, que sugere a tributação dos lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas, e mais 19 itens.

MP 744/2016 Mudanças na EBC

10h30 Análise de relatório da medida provisória que muda a Empresa Brasil de Comunicação.

TRANSPARÊNCIA Telefonia celular

11h A Comissão de Transparência e Governança Pública faz audiência interativa para debater a telefonia celular no Brasil.

SESSÃO ESPECIAL Hélder Câmara

11h Sessão especial para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua 7ª edição.

CONGRESSO Vetos e LDO

11h Sessão do Congresso Nacional para análise de vetos e projetos de leis, como o que dispõe sobre Lei Orçamentária de 2017.

AGENDA BRASIL Contratos

14h A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil) pode votar o PLS 561/2009, que estabelece formato específico para fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, e mais 10 itens.

EXTRATETO Audiência

14h30 A Comissão Especial do Extrateto realiza audiência pública interativa sobre o tema.

CMO Lei Orçamentária Anual

14h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. Às 18h, nova reunião com o mesmo objetivo.

MP 748/2016 Mobilidade urbana

15h Análise de relatório da medida provisória que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

QUARTA

CAS Indicação para a ANS

9h Análise da indicação de Leandro Fonseca da Silva para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Logo depois, reunião deliberativa. Na pauta, entre outros, está o PLS 255/2016, que concede pensão especial a pessoas diagnosticadas com microcefalia causada pelo vírus da zika.

CDR Aviação regional

9h Apresentação e discussão de relatório de avaliação de política pública sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Em seguida, reunião deliberativa analisa projetos como o PLC 159/2015, sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos de parques infantis.

CMO Lei Orçamentária 2017

10h A Comissão Mista de Orçamento analisa relatórios apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017. Outras reuniões sobre o mesmo tema ocorrem às 14h e às 18h.

CE Aliança Brasileira pela Educação

11h A Comissão de Educação faz audiência pública interativa sobre o projeto Aliança Brasileira pela Educação.

SESSÃO ESPECIAL Violência

11h Sessão especial homenageia o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher e a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Divulgação dos primeiros trabalhos do Observatório da Mulher contra a Violência.

CMMC Bioquerosene

14h30 A comissão mista analisa requerimento e, logo depois, faz audiência pública interativa sobre o papel do bioquerosene no enfrentamento das mudanças climáticas. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, é um dos convidados.

SENADO DO FUTURO Congresso

9h A Comissão Senado do Futuro faz a solenidade de abertura do Congresso do Futuro, com o tema "Democracia, comunicação e progresso no mundo digital e sustentável".

CRE Donald Trump

10h Audiência pública interativa para debater o cenário internacional a partir da eleição do novo presidente norte-americano, Donald Trump. Logo depois, reunião deliberativa com 3 itens na pauta. Entre eles, o PDL 80/2016, que aprova tratado entre Brasil e Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.

CMO Lei Orçamentária 2017

10h A comissão mista analisa relatórios apresentados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. O assunto será retomado em outras reuniões às 14h e às 18h.

SENADO DO FUTURO Congresso

9h A Comissão Senado do Futuro dá continuidade ao Congresso do Futuro: "Democracia, comunicação e progresso no mundo digital e sustentável". O evento ocorre no Auditório do Interlegis.

QUINTA

SEXTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Abuso de autoridade deve ser votado amanhã

Pauta do Plenário desta semana também inclui projeto que acaba com a reeleição para cargos no Executivo e o que legaliza cassinos e bingos

O SENADO INICIA a penúltima semana antes do recesso parlamentar com a votação do projeto sobre abuso de autoridade (PLS 280/2016), prevista para amanhã à tarde. Além dessa proposta, outras questões polêmicas devem ser analisadas pelo Plenário, como a regulamentação da terceirização (PLC 30/2015) e parte da reforma política contida na PEC 113-A/2015.

A alteração da Lei de Abuso de Autoridade promete longos debates. O assunto foi tratado em sessão temática na quinta-feira, quando ficaram claras as divergências entre senadores e até mesmo entre integrantes do Judiciário.

O relator é o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que disse estar analisando sugestões e emendas já apresentadas. Uma das propostas é um texto alternativo elaborado por um grupo



Senadores devem decidir também sobre proposta que amplia a terceirização e debater mais uma vez sobre teto de gastos

de senadores com alterações indicadas pelo juiz federal Sérgio Moro (*leia abaixo*).

Polêmica

Um dos pontos mais polêmicos é a possibilidade de uma divergência na interpretação da lei e na avaliação de fatos e provas constituir o chamado crime de hermenêutica. Requião já avisou que mudará a redação para evitar que isso ocorra, de modo a garantir que magistrados e integrantes do

Ministério Público não sejam penalizados.

Também está pronta para ser votada em primeiro turno amanhã a PEC que proíbe a reeleição para cargos no Executivo, facilita a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular e torna mais rigorosas as condições para criação de partidos, a chamada cláusula de barreira.

São necessários 49 votos para aprovação. A PEC 113-A/2015 ainda precisa ser discutida e

votada em segundo turno, o que deve ocorrer em 13 de dezembro, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. O texto foi debatido em Plenário na quarta-feira e a maioria dos senadores se manifestou contra o fim da reeleição.

Terceirização

Já o projeto que regulamenta a terceirização (PLC 30/2015), do ex-deputado Sandro Mabel, está dependendo de parecer do relator, Paulo Paim (PT-

RS), que avisou que seu voto não prevê a possibilidade de terceirização de mão de obra nas atividades-fim.

Segundo o senador, a intenção é produzir norma que garanta segurança jurídica para empregados e trabalhadores, visto que há 14 milhões de pessoas contratadas neste tipo de relação trabalhista.

Jogos

Na quarta-feira, ao menos uma proposição deve gerar longo debate: o PLS 186/2014, de Ciro Nogueira (PP-PI), que autoriza a exploração de jogos de azar no país.

Se aprovado pelo Congresso, cassinos e bingos poderão voltar a operar legalmente. O projeto define quais os jogos autorizados, como serão explorados, a destinação dos recursos arrecadados e os crimes em decorrência da violação das regras.

Enquanto isso, a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) vai passar nesta semana pelo segundo turno de discussão. A votação está prevista para 13 de dezembro.

Projeto de Renan tem emendas sugeridas em debate

Um grupo de senadores protocolou, na quinta-feira, texto alternativo ao projeto da Lei de Abuso de Autoridade (PLS 280/2016). O objetivo é, segundo os autores, tentar harmonizar a punição de excessos de autoridades, sem impor restrições ao processo de investigação e responsabilização de altas autoridades.

O texto inclui sugestão apresentada pelo juiz Sérgio Moro na quinta, em sessão temática sobre a proposta. A ideia é deixar claro que juízes não podem ser intimidados por interpretações, em processos, sobre provas e fatos.

Outro ponto modificado é o dispositivo que prevê reclusão de um a cinco anos para a autoridade que dá início à persecução penal "sem justa causa fundamentada". O texto alternativo evidencia que só será passível de punição a autoridade que fizer isso sabendo



Moro entrega, em Plenário, sugestões a Renan e a Requião (D), relator do texto

da inocência do investigado.

O substitutivo é assinado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Alvaro Dias (PV-PR), Elmano Ferrer (PTB-PI), Reguffe (sem partido-DF), Ana Amélia (PP-RS), Lasier Martins (PDT-RS), Cristovam Buarque (PPS-DF) e João Capiberibe (PSB-AP).

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) também protocolou duas emendas ao projeto a partir

de sugestões de Moro.

A primeira emenda explícita que divergência na interpretação da lei na avaliação de provas não pode constituir crime. A segunda elimina o artigo 30, que visa condenar promotores e juízes ao afirmar, de forma vaga, que pode sofrer sanção quem iniciar "sem justa causa fundamentada" persecução penal, civil ou administrativa.

Ministro do Planejamento participa de audiência sobre supersalários amanhã

A Comissão Especial do Extrateto, que investiga a existência de salários acima do teto constitucional no serviço público, faz audiência pública amanhã. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, é um dos convidados.

Também devem participar a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Nor-

ma Angélica Cavalcanti; o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, João Ricardo Costa; a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka; o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques; e o presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, Gutemberg Fialho.

A relatora da comissão, Kátia Abreu (PMDB-TO), acredita que o relatório final deve ser votado ainda no começo de dezembro. Já no Plenário, a votação deve ocorrer antes de 23 de dezembro, quando começa o recesso.

A presidência da comissão está temporariamente vaga e o vice-presidente é Antonio Anastasia (PSDB-MG).



Relatora, Kátia Abreu prevê votação final do projeto ainda neste ano

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão analisa convocação de Padilha sobre caso Geddel



Ministro da Casa Civil pode ter de explicar denúncias de Marcelo Calero

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) pode votar amanhã requerimento convocando o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência, Eliseu Padilha, para explicar denúncias feitas por Marcelo Calero, ex-ministro da Cultura. Calero diz ter sofrido pressão, quando ministro, para liberar edifício, em Salvador, embargado por órgão ligado ao Ministério da Cultura.

O caso resultou no pedido de demissão de Calero e na saída de Geddel Vieira Lima da Secretaria de Governo, devido ao envolvimento direto no caso, por ser proprietário de apartamento no prédio em Salvador.

O requerimento foi apresentado por Humberto Costa (PT-PE), que também quer convocar a advogada-geral da União, Grace Maria Fernandes Mendonça, citada por

Calero. Na última reunião da CMA, foram rejeitados dois requerimentos de Humberto, convidando Geddel e Calero para explicar o caso.

Bicicleta e água

A pauta da comissão inclui outros 15 itens, como o projeto que prevê empréstimos a empresas para compra de bicicletas e construção de bicicletários, para estimular os

funcionários a usar esse meio de transporte (PLS 317/2014).

Outra proposta na pauta torna obrigatório o uso de mecanismos para redução de água nas pias e nos vasos sanitários de prédios ocupados por órgãos públicos federais (PLC 84/2014). A proposta sugere, entre outras medidas, a adoção de temporizador de acionamento automático nas pias.

Orçamento taxava dono de escravo e previa salário para Pedro II

No Império, como ocorre hoje, a proposta orçamentária devia ter o crivo do Legislativo. Documentos do Arquivo do Senado mostram que os senadores se queixavam do excesso de impostos e do mau gasto do dinheiro público

Ricardo Westin

FAZIA TEMPO QUE os brasileiros não pronunciavam tanto a expressão “Orçamento federal”. Nos primeiros meses de 2016, as discussões foram sobre as mudanças que a então presidente Dilma Rousseff fez no Orçamento sem pedir a autorização do Congresso — uma das acusações que levaram ao impeachment. Hoje, o bate-boca nacional é motivado pela proposta do presidente Michel Temer de criar um teto para os gastos do governo pelos próximos 20 anos.

Embora só agora aguce alguma curiosidade popular, o Orçamento nacional existe há cerca de 190 anos. É quase tão antigo quanto o Brasil independente.

Foi a Constituição do Império, a primeira do país, de 1824, que obrigou o governo a criar e submeter à Câmara e ao Senado uma planilha contendo, de um lado, a previsão do dinheiro que

será arrecadado com impostos ao longo do ano e, do outro, a previsão de como essa arrecadação será investida na máquina estatal e nas ações públicas, como iluminação e segurança.

Quem mergulha nos velhos Orçamentos imperiais e consegue vencer a numeralha e os jargões contábeis do tipo “dotação” e “exercício financeiro” acaba conhecendo a história do Brasil sob um prisma fascinante e pouco explorado.

Na coluna dos tributos que abasteciam os cofres do Império, estava a taxa dos escravos. O valor que o fisco cobrava dos proprietários variava conforme a localidade. Em 1867, a taxa anual era de 10 mil-réis por escravo na cidade do Rio, 8 mil-réis nas capitais das províncias e 4 mil-réis nas vilas e povoações. Para coibir a sonegação, a Coroa criou a matrícula geral dos escravos. Os proprietários que não faziam o registro ficavam sujeitos a uma multa de 200 mil-réis.

Bebidas espirituosas

Os cofres públicos recebiam um pedágio cobrado por todo cavalo e besta que entrava na capital do Império para ser vendido. Os brasileiros só podiam receber distinções honoríficas de governos estrangeiros, como o título de comendador concedido pelo Vaticano, se pagassem uma taxa à Coroa.

Particularmente pesados eram os tributos de importação de pólvora, chá e “bebidas espirituosas” (alcoólicas). Em 1843, as alíquotas desses produtos ficavam em torno de 50%.

Ajudavam a financiar o Império o imposto das apostas e dos prêmios de loteria, o tributo das passagens dos bondes do Rio e a taxa de matrícula das faculdades de direito e medicina. O Colégio Pedro II, hoje gratuito, cobrava dos alunos pensões trimestrais,

remetidas para o caixa da Coroa. O lucro das empresas estatais, como a Fábrica da Pólvora, o Correio Geral, os Telégrafos Elétricos e a Estrada de Ferro D. Pedro II, reforçava o cofre imperial.

A outra coluna do Orçamento, das despesas, trazia as verbas destinadas a uma série de instituições, como o Presídio da Ilha de Fernando de Noronha, o Jardim Botânico, o Passeio Público, o Museu Nacional, a Academia de Belas Artes, a Biblioteca Pública, o Asilo dos Meninos Desvalidos, o Instituto dos Meninos Cegos, o Hospital dos Lázaros (destinado aos leprosos) e o Observatório Astronômico (criado por Pedro II para seu uso particular no telhado do Paço de São Cristóvão).

De todos esses estabelecimentos, apenas o presídio estava fora do Rio. A corte, como se vê, era desbragadamente privilegiada na distribuição dos recursos.

Como o catolicismo era a religião oficial do Brasil, os salários dos padres e a conservação das igrejas eram pagos pelos contribuintes do Império e constavam do Orçamento. O governo também cobria as despesas com a “civilização e catequese dos indígenas” e a educação dos “ingênuos” (filhos de escravos que já nasciam livres).

O Orçamento de 1867 previu 10 contos de réis para a continuidade da elaboração de *Flora Brasiliensis*, um monumental inventário das plantas nacionais, com mais de 10 mil páginas ilustradas, preparado ao longo de sete décadas por naturalistas austríacos e alemães.

Das tantas cifras elencadas na coluna das despesas, a primeira era invariavelmente a “dotação de sua majestade o imperador”. Segundo um decreto de 1840, esses recursos eram “destinados para todas as despesas de sua imperial casa, reparos de palá-

Item	Valor (contos de réis)
Art. 1.º A Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1846 — 1847 he fixada na quantia de.....	27.330.229.785
A qual sera distribuida pelos seis diversos Ministerios na forma especificada nos artigos seguintes.	
Art. 2.º O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragrafos a quantia de.....	2.539.556.200
A saber:	
1.º Dotação de S. M. o Imperador.....	800.000.000
2.º Dita de S. M. a Imperatriz.....	96.000.000
3.º Alimentos do Serenissimo Principe Imperial.....	12.000.000
4.º Dotação da Princesa a Senhora D. Januaria, e aluguel de casas.....	102.000.000
5.º Alimentos da Princesa a Senhora D. Maria Amelia.....	6.000.000
6.º Dotação de S. M. a Duquesa do Bragança.....	50.000.000
7.º Ordenados dos Mestres da Familia Imperial.....	3.200.000
8.º Secretaria d'Estado.....	33.200.000
9.º Gabinete Imperial.....	1.900.000
10. Conselho d'Estado.....	28.800.000
11. Presidencias das Provincias.....	119.500.000
12. Camara dos Senadores, e Secretaria.....	218.500.000
13. Dita dos Deputados, idem.....	280.429.000
14. Cursos Juridicos.....	74.580.000

Primeira página do Orçamento para 1846 que o imperador apresentou ao Congresso

cios e quintas, serviço e decoro do trono; não compreendendo, porém, as despesas da Capela Imperial, da Biblioteca Pública e das aquisições e construções de palácios que a nação julgar conveniente para a decência e o recreio do imperador e sua augusta família.

O decreto, no entanto, não era seguido ao pé da letra. O soberano usava boa parte da quantia para pagar os estudos de crianças pobres e financiar artistas como o maestro Carlos Gomes.

A soma destinada a Pedro II permaneceu congelada durante as cinco décadas de seu reinado: 800 contos de réis. Apesar de a arrecadação ter se multiplicado por dez entre 1840 e 1889, ele jamais permitiu que os parlamentares reajustassem a cifra. Isso ajuda a explicar por que viajantes estrangeiros se horrorizavam com a frugalidade do imperador e os palácios caindo aos pedaços.

Imposto do selo

No Império, tal qual ocorre hoje, o governo tinha que preparar uma proposta de Orçamento e submetê-la aos deputados e senadores. Com a aprovação, o Orçamento virava lei e o dinheiro começava a pingar nas repartições públicas de todo o país.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, permitem saber como se davam as discussões das propostas orçamentárias no Palácio Conde dos Arcos, a sede do Senado, no Rio. Os senadores por vezes se exaltavam. Para alguns, o que a Coroa fazia era meter a mão cada vez mais fundo no bolso dos brasileiros.

Em setembro de 1843, o ministro da Fazenda, Joaquim Francisco Vianna, defendeu a arrecadação imperial perante os senadores:

— Senhores, até mesmo os homens mais desafetos à atual administração não podem deixar de concordar que existe um deficit e das aquisições e construções de palácios que a nação julgar conveniente para a decência e o recreio do imperador e sua augusta família.

— O primeiro é a economia — retrucou, em tom de desafio, o senador Costa Ferreira (MA).

— Sendo o deficit permanente, não pode ser preenchido senão por meio da criação de impostos — argumentou o ministro. — Mas o nobre senador deu a entender que o governo não tem feito economias. Eu declaro ao Parlamento que o governo tem feito todas as economias possíveis. Se não tem feito, peço que me mostrem as despesas inúteis ou desperdícios.

O senador Holanda Cavalcanti (PE), que anos antes fora ministro da Fazenda, apoiou o representante do imperador:

— A diminuição de despesa que se quer não seria economia. Seria o pior presente que se poderia fazer ao país. Se algum desses senhores que propõem tais economias dirigessem a nau do Estado, veriam que a despesa não é excessiva. É necessário ver as nossas necessidades, e elas são grandes. Não é grande, porém, a despesa. Grande é a fraude que se derrama por toda parte, quer na despesa, quer na receita.

Na mesma sessão, o senador Paula Souza (SP) direcionou seus ataques ao imposto do selo. Todo documento jurídico ou comercial — como os processos judiciais, os contratos de compra e venda e as certidões de batismo, casamento e óbito — precisava ostentar uma estampilha adesiva produzida pela Coroa. O selo tinha que ser renovado todo ano, com o pagamento do respectivo imposto. Para o senador, era um custo que afugentava os investidores.

— Em um país como o Brasil,

onde as transações comerciais começam, onde a indústria é nascente e onde há poucos capitais e convém chamá-los, o imposto do selo deveria ser aquele que em último lugar se houvesse de escolher, para não paralisar o comércio e a indústria, para não obstar o desenvolvimento da riqueza pública.

Os argumentos não convenceram. O famigerado selo não apenas permaneceu, como ficou mais caro ao longo dos anos e na República ganhou versões estaduais. Seria abolido só em 1966.

IPT imperial

Ainda em 1843, o senador Paula Souza se queixou do “excesso horroroso de despesa” previsto no Orçamento. Ele se referiu aos 54 contos de réis das “ajudas de custo de vinda e volta dos deputados”. Não havia dotação semelhante para os senadores. — Onde se viu que se dessem ajudas de custo de ida e volta a deputados que nunca saíram do Rio de Janeiro? Pois todos têm tido, até das antigas legislaturas, até suplentes de alguns dias. Vejam-se quantos contos de réis dissipados.

O consultor aposentado do Senado James Giacomoni, autor do livro *Orçamento Público* (Editora Atlas), explica que a Monarquia brasileira compreendeu logo a importância de o Orçamento passar pelo crivo do Poder Legislativo:

— O imperador não podia criar tributos e gastar a seu bel-prazer. Ao Parlamento cabia fazer uma crítica prévia dos tributos e dos gastos. Era essa colaboração entre o Executivo e o Legislativo que tornava o Orçamento legítimo.

A proposta era discutida primeiramente na Câmara e depois no Senado, votada pela Assembleia Geral (a reunião das duas Casas) e sancionada pelo imperador. Hoje é ligeiramente diferente. O projeto orçamentário não passa mais pela Câmara e pelo Senado separadamente. É debatido por deputados e se-

nadores na Comissão Mista de Orçamento, votado pelo Congresso Nacional e assinado pelo presidente da República.

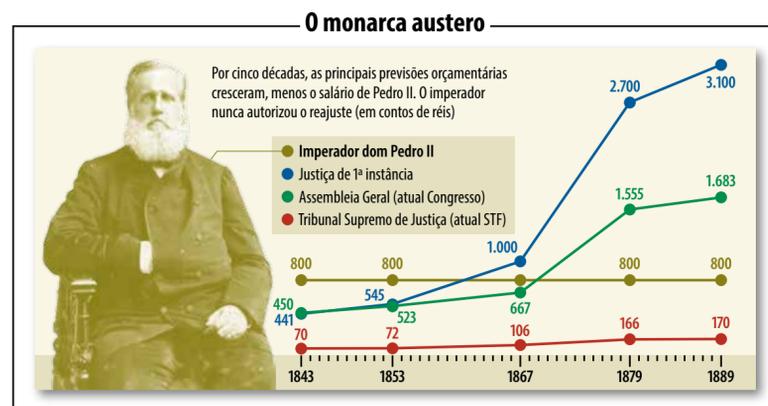
No passado, o calendário orçamentário do Brasil começava em julho e terminava em junho do ano seguinte. Trata-se provavelmente de uma influência dos Estados Unidos, que na época adotavam o mesmo ano fiscal. Desde 1888, a lei orçamentária brasileira coincide com o ano civil, vigorando de janeiro a dezembro. Neste momento, a proposta do governo para 2017 está na Comissão Mista de Orçamento, e os parlamentares devem votá-la no Plenário do Congresso até o dia 22.

Existe outra diferença importante entre o passado e o presente. Atualmente, os projetos de Orçamento só podem conter tributos e alíquotas já existentes. No Império, eram os próprios Orçamentos que criavam e reajustavam os impostos.

Pelo Orçamento de 1843, o governo duplicou tanto a taxa de matrícula das faculdades de direito e medicina quanto o tributo anual das “casas de leilão e de modas”. O Orçamento de 1867 instituiu um rudimento de IPTU, no valor de 3% do “valor locativo”, cobrado do morador de cada “casa de habitação arrendada ou própria”.

Planilha capenga

Foi o artigo 172 da Constituição de 1824 que tornou o Orçamento anual obrigatório. A determinação constitucional, porém, demorou para sair do papel. Nos primeiros anos, as propostas que o Ministério da Fazenda enviou para a Câmara e o Senado foram capengas. Faltava a previsão de receitas e gastos de muitas províncias. Os transportes eram lentos e precários, e as planilhas, que eram despachadas de todos os cantos do Império em cavalos ou navios a vapor, por vezes só chegavam à corte depois que o prazo para a votação já havia se esgotado.



A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivoS>

Senado investiu em computadores e gráfica para fiscalizar governo

O ritual de criação dos Orçamentos brasileiros sofreu grandes mudanças ao longo da história. Implantada a República, em 1889, o Congresso passou a ter um protagonismo exagerado. Os deputados e senadores ganharam a dupla missão de elaborar e aprovar a proposta orçamentária, cabendo ao presidente apenas sancioná-la no final. Como os parlamentares não dispunham de todos os dados financeiros necessários, o presidente tinha que enviar por baixo do pano uma proposta pronta, que o Congresso apresentava como sua.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, pelo golpe de 1930, o ritual voltou a ser como no Império: o Orçamento proposto pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo. Em 1937, Getúlio impôs a ditadura do Estado Novo, fechando Câmara e Senado e fazendo o Orçamento como bem entendia.

Com a volta da democracia, em 1946, retomou-se a divisão de responsabilidades. A análise do Orçamento apresentado pelo presidente, no entanto, durava uma eternidade, pois os parlamentares podiam apresentar emendas ilimitadas. Em 1963, houve 100 mil emendas.

Após o golpe de 1964, o rito foi abreviado. O Congresso foi praticamente proibido de

mexer no Orçamento elaborado pela ditadura. Além disso, surgiu a Comissão Mista de Orçamento, com deputados e senadores, e a proposta deixou de passar pelas Casas separadamente.

Todo ano, o presidente enviava ao Congresso montanhas de papel, que precisavam ser despachadas em carrinhos. O Senado fez investimentos pesados para que os parlamentares estudassem a papelada com mais facilidade. Primeiro, abriu a Gráfica do Senado, no início dos anos 1960, o que agilizou a distribuição de cópias da proposta aos senadores.

— Antes da Gráfica, as datilógrafas do Senado viravam madrugadas batendo o Orçamento, e outros funcionários usavam mimeógrafos para tirar cópias — diz a ex-secretária-geral da Mesa Sarah Abraham. Depois, o investimento foi na criação do Prodasen, no

começo dos anos 1970, o que tornou o Senado uma das primeiras Casas legislativas do mundo a entrar na era da informática. As máquinas criavam planilhas com os números do Orçamento, o que simplificava o trabalho dos senadores. O ex-diretor do Prodasen Eduardo Jorge Caldas lembra:

— Quando expus o projeto a Petrônio Portella [presidente do Senado], expliquei que o Congresso ganharia um instrumento para controlar o Orçamento da ditadura. Ele gostou da ideia e me alertou: “Nunca se esqueça dessa missão, mas nunca repita essas palavras, senão proíbem [o Prodasen]”.

Com o tempo, os calhações foram substituídos por disquetes, CDs e pen-drives. Agora é tudo via internet.

Após a Constituição de 1988, o Congresso voltou a ter o direito de emendar o Orçamento e o país ganhou mais duas leis: o Plano Plurianual, com prioridades para cada quatro anos, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que define as regras para elaborar o Orçamento.



Pilhas de papéis com a proposta do Orçamento chegam ao Congresso em 1989

Além disso, os burocratas ainda não tinham cultura financeira e não sabiam exatamente quais dados deveriam pôr nos balanços.

Na fala do trono da abertura do ano legislativo de 1827, o Senado, Pedro I disse aos deputados e senadores que era perigoso não ter controle sobre quanto o país arrecadava e gastava:

— Um sistema de finanças bem organizado deverá ser o vosso particular cuidado nesta

sessão [ano legislativo], pois o atual, como vereis no relatório do ministro da Fazenda, não é só mau, mas é péssimo, e dá lugar a toda qualidade de dilapidações.

Após estudar os números enviados pelo ministro, os deputados e senadores concluíram que não passavam de um “amalgama de algarismos” sem pé nem cabeça. Os dados disponíveis em 1827 foram suficientes para aprovar só o Orçamento da corte e da província do Rio de Janeiro.

O Orçamento imperial tampouco foi aprovado em 1828, o que levou Pedro I a dar um puxão de orelha nos parlamentares na fala do trono que encerrou o ano: — Bastantes foram os atos legislativos desta sessão, contudo os negócios de fazenda não foram tomados na devida consideração. Espero ver o tempo da próxima futura sessão sabiamente aproveitado.

O pedido, de novo, não foi

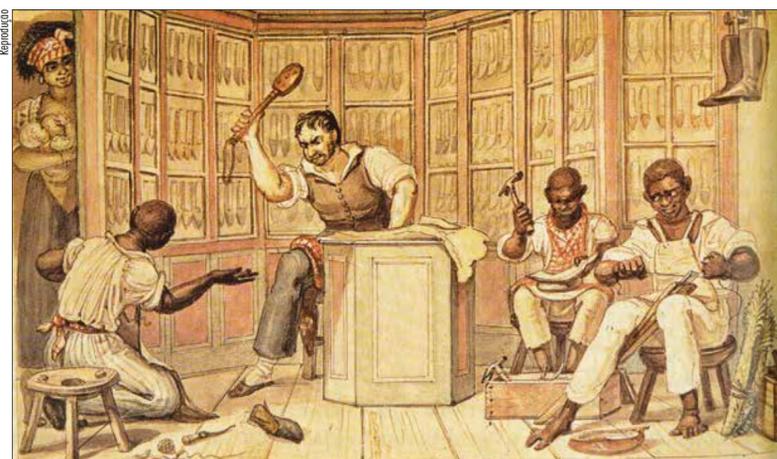
atendido. A Assembleia Geral só aprovaria o primeiro Orçamento do Brasil em dezembro de 1830, para o ano fiscal iniciado em julho de 1831. A conta fechou no azul, com a receita maior do que a despesa. Foi uma exceção. Dos 60 Orçamentos imperiais, 42 foram deficitários.

Os primeiros Orçamentos do Brasil eram quase simplórios. Tinham não mais do que 30 páginas. Não era necessário mais do que isso. O governo se compunha de apenas seis ministérios, e os gastos com o país eram baixos. Com o tempo, a máquina estatal cresceu e o poder público assumiu novas missões, como oferecer saúde e educação gratuitas, programas de transferência de renda e incentivos fiscais para dinamizar a economia. Isso explica por que o Orçamento que o Congresso estuda neste momento tem 3,5 mil páginas.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/historiaOrçamento>

Veja Orçamentos do Império: <http://bit.ly/orçamentosImperio>

Leia o livro *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, publicado em 1889: <http://bit.ly/HistoriaFinanceira>



Negros trabalham em sapatarias no Rio de Janeiro: imposto cobrado de donos de escravos abastecia Orçamento do Império

Evento vai discutir acessibilidade e atendimento à pessoa com deficiência. Também serão oferecidas oficina de fotografia inclusiva e apresentação de dança e de música

Senado abre Semana da Pessoa com Deficiência

O SENADO INCLUSIVO promove, a partir de hoje, a 10ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que começa com uma conversa sobre o Projeto Deficiente Visual na Trilha, que ensina pessoas cegas a andar de bicicleta. Também serão discutidos temas como o atendimento à pessoa com deficiência e o acesso aos bens culturais e ao lazer. Uma oficina de fotografia inclusiva e apresentação de música e dança fecharão a semana. O evento é aberto ao público externo.

A participação de deficientes visuais em trilhas de bicicleta e em competições pode parecer impossível, mas já é uma realidade em Brasília. O tema será tratado pela psicóloga e coordenadora do projeto, Simone Fernandes Cosenza, às 10h, no Auditório do Interlegis.

Amanhã, o debate será sobre atendimento à pessoa com deficiência e acesso aos bens culturais e ao lazer. O tema será tratado pela gerente de Inclusão e Acessibilidade da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, Bárbara



Acesso de pessoa com deficiência a bens culturais e lazer está entre os temas tratados na semana

Barbosa. O presidente da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do DF, Marcos Brito, também falará.

Na quarta-feira, será a vez da oficina de fotografia inclusiva, para pessoas com e sem deficiência, com os servidores do Senado João Rios e Cláudio Cunha. Haverá aula teórica e prática.

O coordenador do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado, Pêrsio Barroso, assinala que a Semana de Valorização pretende não somente discutir de maneira teórica os direitos da pessoa com deficiência, mas também viabilizar a garantia desses direitos.

Está previsto ainda um debate, na

quinta-feira, sobre atendimento à pessoa com deficiência intelectual. O diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, Fernando Cotta, e o titular da Coordenação de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência do DF, Paulo Beck, tratarão do tema.

Na sexta-feira, haverá apresentação musical, com a cantora e revisora de textos em braile da Gráfica do Senado, Daniela Ribeiro, e com o músico Genes Guedes. Ambos são deficientes visuais.

De acordo com dados do último recadastramento, há no Senado 74 servidores efetivos e comissionados com deficiência. São 38 com deficiência física, 18 com deficiência visual, 16 com deficiência auditiva e 2 com deficiência intelectual.

O Senado possui uma Política de Acessibilidade, instituída em 2013. Há ainda o Plano de Acessibilidade, que visa promover a inclusão plena das pessoas com deficiência, em condições de igualdade, para garantir o reconhecimento e a efetivação de seus direitos.

Comenda Dom Hélder Câmara será entregue amanhã

O Senado promove amanhã, às 11h, a entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. A comenda, criada em 2010, homenageia personalidades que atuaram de forma relevante na defesa dos direitos humanos no país.

Este ano o conselho, composto por um senador de cada partido político com representação no Senado, elegeu Cristina Afonso, Omar Ferri, Ailton Lima e, in memoriam, Luciana Araújo.

Cristina Afonso é fundadora da Sociedade Brasileira

de Queimaduras. Natural de Cianorte (PR), é fisioterapeuta e vereadora de Goiânia. Atua como chefe de Serviço de Fisioterapia do Instituto Nelson Piccolo, referência no tratamento de queimados. O advogado Omar Ferri é conhecido pela luta contra a ditadura e em favor dos direitos humanos. O padre Ailton Lima é presidente da Fundação Terra, que ajuda 2 mil moradores de comunidades com cursos profissionalizantes e auxílios nas áreas da saúde e moradia. Luciana

Araújo fundou o Instituto São Benedito, em Pelotas (RS). Na instituição, voluntárias negras alfabetizavam e ensinavam habilidades domésticas a meninas carentes.

O bispo católico cearense dom Hélder Câmara foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ficou conhecido pela defesa dos direitos humanos no regime militar. Foi o único brasileiro indicado quatro vezes para o Nobel da Paz. Faleceu em agosto de 1999, aos 90 anos.

Sessão especial mostra dados sobre violência contra a mulher

O Observatório da Mulher contra a Violência apresenta em sessão especial na quarta-feira os primeiros levantamentos que realizou sobre violência contra a mulher. A sessão acontece às 11h, no Plenário do Senado.

Presidido por Simone Tebet (PMDB-MS), o observatório foi criado em março, como uma plataforma nacional e internacional para reunir dados e elaborar projetos de pesquisa sobre políticas de combate à violência contra a mulher. O órgão trabalha em parceria com a Comissão Per-

manente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

Além da apresentação dos dados, a sessão homenageará o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, comemorado em 25 de novembro, e a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

O evento antecede o Seminário Mulheres no Poder, que vai acontecer entre os dias 13 e 15 de dezembro no Auditório Petrônio Portella.

Audiência discute conflitos em condomínios do DF

Os conflitos envolvendo condomínios no Distrito Federal, as derrubadas de residências e a regularização das moradias serão objeto de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje, às 14h, no Auditório Petrônio Portella. Hélio José (PMDB-DF), que solicitou a audiência pública, disse estar muito preocupado com a insegurança enfrentada pelos moradores da capital.

Para o senador, será uma espécie de seminário para construir um pacto “para superar esse grave problema na capital do país, que é a crise dos moradores de condomínio, das residências que precisam ter a escritura pública e do direito de moradia preservado”.

Foram convidados representantes da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, do Ibama, do Minis-

tério da Justiça, da Defensoria Pública, do governo do Distrito Federal, da Secretaria de Patrimônio da União, do Instituto Chico Mendes e do Ministério Público. Deverão participar dirigentes de associações de defesa dos moradores de condomínios e deputados distritais, entre outros.

Veja na pág. 2 como acompanhar as audiências e participar delas



Simone Tebet é presidente do Observatório da Mulher contra a Violência

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Instituição de ensino pagará pelo custo do Fies

Lei sancionada na semana passada transfere da União para as faculdades privadas a obrigação de remunerar os bancos pelo custo da concessão do financiamento estudantil

FOI SANCIONADA E publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Lei 13.366/2016, que transfere da União para as instituições de ensino superior a obrigação de remunerar os bancos pelos custos decorrentes da concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A nova lei tem origem em projeto de lei de conversão (PLV 32/2016) da Medida Provisória (MP) 741/2016, aprovado no Senado no dia 9.

De acordo com a lei que criou o Fies, os bancos devem ter remuneração correspondente a 2% do valor dos encargos educacionais liberados pelo Fies. Antes da edição da MP, eles eram remunerados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), o que deixará de ocorrer.



Grupo Educacional Unis

Norma atinge instituições privadas de ensino superior participantes do Fies, como esta faculdade em Cataguases (MG)

Na exposição de motivos para a medida, o governo afirma que o objetivo é aperfeiçoar o Fies, ao construir um modelo para o financiamento estudantil. Em visita ao Senado, o ministro da Educação,

Mendonça Filho, disse que o governo estima que a mudança trará a partir de 2017 — se mantido o número de contratos, 731 mil — economia anual de até R\$ 400 milhões para os cofres públicos.

O relator da medida provisória, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), elogiou a iniciativa do governo e acrescentou que os recursos poupados poderão ser revertidos em favor de outras ações educacionais. De acordo

com o senador, o Fies já é o item de maior desembolso federal em educação, chegando a representar 15% de toda a despesa da União na área. Em 2015, o investimento foi de R\$ 17,8 bilhões e a previsão para este ano é de aplicação de R\$ 18,7 bilhões no programa.

Veto

Foi vetado o trecho da lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996). O texto vetado proíbe a autorização antecipada de funcionamento da instituição de ensino superior que não teve o credenciamento renovado, por apresentar deficiências.

De acordo com o governo federal, o dispositivo não tem pertinência temática à lei.

Fórum vai debater papel das bibliotecas digitais

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho faz amanhã o 1º Fórum Senado Federal de Bibliotecas Digitais. Com o tema “A biblioteca a serviço do Parlamento e da sociedade”, o fórum vai tratar da evolução da Biblioteca Digital do Senado, que está completando dez anos, desde sua criação até os dias atuais. O projeto é considerado um caso de sucesso, contando atualmente com mais de 2,5 milhões de downloads anuais.

Os participantes também vão conhecer um pouco mais sobre outros modelos de bibliotecas digitais, além da plataforma DSpace e de parcerias para divulgação pela internet e mídias sociais. Com as discussões, os painéis do fórum vão analisar como esses pontos contribuem para a atuação do Parlamento.

A abertura é às 9h, no Auditório do Interlegis. O evento é aberto ao público.



Ann Volpe/Agência Senado

Biblioteca do Senado disponibiliza acervo digital de publicações e documentos

A Biblioteca do Senado foi criada em 1826. Em 1972, em parceria com o Prodasen, a biblioteca iniciou a automação do acervo, originando a Rede Sabi, uma das primeiras redes brasileiras de bibliotecas. Em 2000 foi instalado novo sistema de gerenciamento, adotando o formato de intercâmbio bibliográfico Marc. A Sabi recebeu, então, nova denominação: Rede Virtual de Bibliotecas —

Congresso Nacional, gerenciada pela Biblioteca do Senado.

Em 2006, foi criada a Biblioteca Digital do Senado, com a função de armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso ao texto integral das publicações do Senado e a outros documentos de interesse do Legislativo.

Inscrições e informações:
<http://bit.ly/ForumBibliotecas>

Prorrogados os prazos das MPs sobre mobilidade e exportações

O prazo de tramitação de duas medidas provisórias foi prorrogado no Congresso. Agora as MPs 748 e 749/2016 terão mais 60 dias para serem votadas.

As medidas provisórias ainda estão sendo analisadas nas respectivas comissões mistas. Depois, terão de passar pelos Plenários da Câmara e do Senado. Se aprovadas, serão transformadas em lei.

A MP 748/2016 amplia para sete anos o prazo para os municípios elaborarem os planos de mobilidade urbana. A execução dos planos é uma exigência da Lei da Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012), que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O prazo de três anos para a elaboração dos planos

acabou em abril de 2015. Com a MP, os municípios terão até abril de 2019 para concluir a tarefa. Encerrado o prazo, os municípios ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam essa exigência.

Também tramita no Senado um projeto no mesmo sentido (PLC 22/2016). O texto prorroga o prazo de elaboração dos planos para abril de 2018.

Já a MP 749/2016 determina a transferência de R\$ 1,95 bilhão da União a estados e municípios até o último dia útil do exercício financeiro de 2016, para fomentar exportações. A MP busca ajudar governos estaduais e municipais a contornar a crise financeira.

Comissão vota PEC da Desburocratização na quarta

A Proposta de Emenda à Constituição 57/2016, conhecida como a PEC da Desburocratização, deverá abrir as votações da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira. Acordo nesse sentido foi feito entre o relator da proposta, José Maranhão

(PMDB-PB), e o líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que cogita apresentar voto em separado ao parecer.

— A matéria é complexa, interfere em um conjunto de normas que rege as finanças públicas. Tenho proposta que

formulei ouvindo a Receita Federal e o Ministério da Fazenda e queria submetê-la à discussão e ao crivo do relator — disse Aloysio, observando que senadores da oposição também teriam sugestões.

A PEC busca diminuir a burocracia em procedimentos fiscais e tributários, especialmente para municípios menores. Prevê a elaboração do Estatuto do Contribuinte e incentiva a aplicação de tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte. O texto resultou de trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização, instituída pelo Senado.



Aloysio Nunes cogita apresentar voto em separado ao relatório de Maranhão



Gerardo Magela/Agência Senado

Avança projeto que busca combater o desperdício de alimentos no Brasil

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou na quarta-feira substitutivo de Lasier Martins (PDT-RS) a projeto que combate o desperdício de alimentos (PLS 672/2015). A proposta será submetida a turno suplementar na CRA e, confirmada a aprovação, seguirá para exame do Plenário.

O texto obriga estabelecimentos como restaurantes a firmarem contratos de doação a organizações de natureza social dedicadas à coleta e distribuição de alimentos e refeições. Também prevê a doação ou venda a empresas dedicadas à produção de ra-

ção animal e à compostagem. O projeto isenta o doador de responsabilidade por dano ocasionado pelo consumo do alimento, desde que não caracterize dolo e negligência.

O tema foi analisado em três audiências promovidas pela comissão no primeiro semestre. As sugestões apresentadas pelos especialistas ajudaram Lasier a elaborar substitutivo ao projeto de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que tramitou em conjunto com o PLS 675/2015, da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE), e o PLS 783/2015, de Jorge Viana (PT-AC).

Comissão pode votar mudanças na Lei Geral de Telecomunicações

Projeto pretende estimular investimentos na área, com objetivo de ampliar a banda larga e dar mais segurança jurídica aos serviços

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional analisa amanhã projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações. De acordo com o autor, o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), o PLC 79/2016 tem objetivo de estimular os investimentos em redes de suporte à banda larga, eliminar possíveis prejuízos à medida que se aproxima o término dos contratos e aumentar a segurança jurídica dos envolvidos no processo de prestação de serviços de telecomunicação.

O autor argumenta que as políticas públicas voltadas para o setor de telecomunicações devem ser focadas em ações de inclusão digital e universalização da banda larga.

O projeto permite a adaptação da modalidade de outorga do serviço de telecomunicações de concessão para autorização, mediante solicitação da concessionária. Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deliberar sobre a solicitação, mediante cumprimento de requisitos, como a garantia da prestação



Visitante consulta o portal do Congresso Nacional: projeto visa à inclusão digital e à universalização da banda larga

de serviço em áreas sem concorrência e a continuidade dos contratos assumidos.

Investimento

Outro requisito exigido é de que a prestadora assuma o compromisso de que o saldo gerado na adaptação será obrigatoriamente convertido em investimentos em redes de banda larga. O texto também busca tornar mais simples e rápido o processo de obtenção de autorização.

A Anatel deverá reavaliar periodicamente a regulamentação, buscando promover a competição e a adequação à evolução tecnológica e de

mercado. O projeto também privilegia investimentos em tecnologias para acessibilidade de pessoas com deficiência

De acordo com o texto, o prazo máximo da concessão será de 20 anos, podendo ser prorrogado várias vezes. A lei atual permite uma prorrogação por igual período. A mesma alteração passa a valer para as autorizações, que têm prazo de 20 anos, e para a exploração de satélites, que tem prazo de 15 anos, sem limite de prorrogações. O projeto ainda trata de restrições de incidência do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e da

transferência da autorização de uso de radiofrequências entre prestadores de serviços.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), é favorável à matéria, por “atender a demanda da sociedade por investimentos, notadamente no que diz respeito aos serviços de banda larga”. O projeto tramita em caráter terminativo e, se aprovado, seguirá para a sanção presidencial, caso não haja recurso para o Plenário do Senado.

O projeto faz parte da chamada Agenda Brasil — pauta listada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para incentivar a retomada do crescimento econômico.

Bloqueio de site e aplicativo está na pauta do Conselho de Comunicação

A apresentação do relatório sobre projetos de lei que tratam do bloqueio de sites e aplicativos é um dos itens previstos na pauta da reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, marcada para hoje, às 14h.

Na visão do relator, Ronaldo

Lemos, obedecer às ordens da Justiça é essencial. Ele destaca, no entanto, que é preciso debater o bloqueio da estrutura da internet, pois essa medida pode interferir em outros campos. Para ele, o ideal seria bloquear conteúdos específicos, sem bloquear a

rede ou o aplicativo.

Lemos afirmou ainda que a rede brasileira pode se tornar pouco confiável, com repercussões como o aumento do preço para o usuário e a fuga de empresas de internet.

Também está na pauta relatório ao PL 4.451/2008, que es-

tabelece normas de licitações para concessões e permissões de serviços de radiodifusão.

O conselho deve analisar ainda o texto da Medida Provisória (MP) 747/2016, que trata do processo de renovação do prazo das concessões e permissões desses serviços.

Conselho Curador da EBC deve ser Comitê Editorial, diz Lasier

A instauração de processo de sabatina para aprovação do nome do presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e substituição do Conselho Curador por um Comitê Editorial e de Programação, com funções mais pontuais e menos integrantes. Essas são algumas mudanças sugeridas pelo relator, Lasier Martins (PDT-RS), no texto da Medida Provisória (MP) 744/2016, que reestrutura a EBC.

Lasier adiantou alguns pontos do relatório, que deve ser apresentado amanhã à comissão mista, às 10h30. O texto está em ajuste.

A extinção do Conselho Curador é um dos itens mais controversos da MP. Para o atual governo, o órgão estava partidário, o que comprometia a isenção. Para os alinhados ao governo da ex-presidente Dilma, o Conselho Curador é peça-chave na gestão de uma TV pública, pois garante a representação dos interesses da sociedade na programação.

Para Lasier, o conselho não deve deixar de existir, mas suas funções devem ser limitadas ao trabalho editorial e de programação.



Lasier Martins é o relator da medida na comissão mista

Congresso do Futuro começa na quinta-feira Tecnologia no Legislativo é tema de estudo

Será aberto na quinta-feira o 1º Congresso do Futuro, inspirado em evento anual realizado pelo Congresso chileno. Promovido pela Comissão Senado do Futuro, o evento vai discutir de que forma o Senado pode contribuir para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. O congresso é aberto ao público e vai até sexta-feira. A abertura está marcada para as 9h, no Plenário do Senado.

O tema será “Democracia, comunicação e progresso no mundo digital e sustentável”. Está prevista a participação de professores e cientistas de universidades nacionais e internacionais,

executivos de empresas brasileiras e estrangeiras, além de jornalistas e comunicadores, para debater as questões que devem nortear o desenvolvimento da sociedade na próxima década.

A programação inclui debates sobre sustentabilidade e seus desafios no futuro; segurança alimentar; políticas públicas para saúde, educação, ciência e tecnologia do futuro; futuro da comunicação; e democracia representativa no mundo digital. Paralelamente, ocorrerá uma mostra interativa de inovações, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para a abertura, foram

convidados, além do presidente da Casa, Renan Calheiros, a presidente do Superior Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, e o presidente da CNI, Robson Andrade. Também deve participar o presidente da comissão, senador Wellington Fagundes (PR-MT).

O evento será realizado no Auditório do Interlegis, no Senado, com o apoio de diversas entidades, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Veja na pág. 2 como acompanhar o evento e participar dele

A Comissão Senado do Futuro apresenta amanhã, às 11h, em solenidade no Prodasen, relatório sobre a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro, política pública eleita pela comissão para análise em 2016. O relatório embasou o parecer da comissão sobre o tema.

No relatório estão reunidas as informações das audiências públicas realizadas pela Comissão Senado do Futuro em parceria com a Secretaria-Geral da Mesa do Senado e o Prodasen, no contexto do Programa de Modernização dos Sistemas Legislativos e Parlamentares.

Esse programa prevê a substituição e o desenvolvimento de diversos sistemas que atendem as necessidades do processo legislativo. A iniciativa propõe a reflexão sobre o futuro do processo legislativo e o potencial de contribuição que a tecnologia da informação pode ter para a próxima década.

Cada audiência pública foi seguida de uma oficina, voltada para o público interno do Senado. De caráter técnico, esses eventos visaram aprofundar detalhes específicos abordados pelos palestrantes nas audiências públicas, assim como ouvi-los sobre questões internas.

Propostas

O relatório sugere ações de investimentos estratégicos em 8 segmentos:

- A) Participação popular
- B) Sistematização de manifestações dos cidadãos para parlamentares
- C) Informação legislativa personalizada
- D) Inovação em soluções para o processo legislativo
- E) Processo legislativo sem papel
- F) Avaliação de políticas públicas instrumentalizada por TI
- G) Gestão do processo legislativo por indicadores objetivos
- H) Diálogo com outras instituições